

SUBJETIVIDADE: NOVAS ABORDAGENS DE ANTIGAS DICOTOMIAS

Resende, Anita C. Azevedo – UFG – UCG

GT: Psicologia da Educação / n.20

Agência Financiadora: CNPq

A emergência do mundo moderno colocou em causa a constituição de novos personagens, novas realidades históricas que desafiaram o pensamento e redimensionaram as possibilidades de reflexão acerca dos objetos que foram se constituindo. Fosse o indivíduo, trabalhador livre para oferecer-se como força de trabalho, fosse a sociedade urbano industrial, que se constituiu e revolucionou, o que estava em questão era a emergência de novas realidades históricas que implicaram novos desafios ao conhecimento. Conhecer e compreender esses novos objetos constituiu um programa que consubstanciou vasta tradição científica no campo das ciências humanas e sociais e se firmou no contraponto das vertentes positivistas que pretendiam explicar e descrever os processos históricos em curso.

Esse programa travou uma luta contra a teoria da ciência na qual o conhecimento se transformara e os desenvolvimentos da Psicologia enquanto ciência do mundo moderno foram os emblemas do enfrentamento que esteve na origem mesmo das ciências humanas e sociais. Consolidada no quadro de rearticulação do poder burguês que buscava se estabelecer, a psicologia – como as demais ciências humanas- se debateu entre o programa explicativo-descritivo de previsibilidade e controle positivista e o programa compreensivo –analítico de crítica e emancipação histórica nas suas diferentes versões. O que fundamentalmente se colocou em pauta foram os princípios explicativos que possibilitariam (des)cortinar ou (re)velar as complexas realidades que se constituíam na objetividade e na subjetividade no mundo moderno em desenvolvimento.

Frente aos desafios desse novo mundo no qual se constituíram o indivíduo e a sociedade, um tema que foi se fazendo privilegiado no campo da psicologia foi precisamente o da relação e constituição de um e de outro. Nesse sentido, a temática da relação entre a objetividade e a subjetividade, que já martelava a consciência humana desde a antiguidade pôde ser retomada no mundo moderno no enfrentamento lógico e histórico da relação entre indivíduo e sociedade. Tema fundamental no campo da psicologia, seu desenvolvimento se dará a partir dos princípios explicativos que estavam postos até então, e que constituirão uma dupla tendência de apreensão da

relação indivíduo-sociedade no campo da psicologia: uma relação dicotômica e fundada na exterioridade de uma e outra realidade; e outra, fundada na interioridade e unidade sintética de ambas.

Num sentido amplo, pode-se dizer que, atualmente, parece não estar mais em questão a afirmatividade da relação entre indivíduo e sociedade. Parece mesmo que esse debate acerca da relação entre o indivíduo e a sociedade, entre a objetividade e a subjetividade, na perspectiva da constituição recíproca de um e de outro, já está resolvido e que não mais existem dúvidas a respeito.

No entanto, essa aparência deve ser questionada e é necessário refletir acerca das formas pelas quais se recriam na atualidade a tendência de dicotomizar essas realidades, mantendo intacta uma tendência de separá-las num procedimento que, desde o século XVIII, constitui-se numa das bases mais sólidas sobre as quais se estruturou a sociedade burguesa: a separação entre o indivíduo e a sociedade e a autonomização de ambos.

Parece haver um consenso de que a reflexão acerca da relação indivíduo-sociedade deva evitar fixar essas realidades como se fossem autônomas, distintas, independentes, dicotômicas. A relação entre indivíduo e sociedade não é tranqüila e linear, ao contrário, traz em si um componente considerável de tensão e contradição que configura entre o que é subjetivo e o que é objetivo, entre a vida individual e a vida coletiva do homem, uma íntima inter-relação e, ao mesmo tempo, um espaço de embate. Contudo, dessa tensão e desse antagonismo não se pode dizer que impeçam um movimento constante de criação e recriação da vida individual e da vida coletiva. Ao contrário, tensionados reiteradamente na sua relação e no seu confronto, indivíduo e sociedade se constituem num único movimento.

A afirmação desse consenso se funda na aparência. Se compreendidas nos seus nexos constitutivos, pode-se afirmar a reposição de tendências reducionistas e dicotômicas no pensamento contemporâneo, no qual sobrevive uma tendência de considerar tanto o indivíduo como a sociedade como realidades distintas. Seja quando a sociedade é tomada como uma unidade indissolúvel, resultado da soma de particularidades e fundada em estruturas imutáveis e ossificadas, ou um universal no qual o particular se dissolve e não se expressa; seja quando o indivíduo é tomado na sua exclusiva singularidade na qual a universalidade não sobrevive. O conceito de indivíduo expressa, dessa forma, um particular no qual o universal se dilui e, aparentemente, se anula.

Essa separação e mesmo uma contraposição entre indivíduo e sociedade, que expressam uma

tendência que aparece em inúmeras e variadas reflexões no âmbito das ciências humanas e sociais, especialmente da Psicologia, tem fundamento na idéia, muito comum no século XVIII, de uma natureza humana predeterminada e a-histórica. Portador de uma natureza que o define *a priori*, independentemente de suas relações sociais, o homem seria, quando muito, um ideal natural a ser perseguido.

Concebido dessa forma, o indivíduo, livre para decidir e senhor do seu próprio destino, estaria jogado à própria sorte como se os ditames dessa sorte estivessem dados não pelo mundo social, mas por sua vontade plena e soberana. Nesse caso, estaria reinstaurada a crença de que a individualidade é prenúncio e garantia da liberdade de construção do destino individual possível a todos que queiram e se disponham a isso. Os insucessos nesse empreendimento deverão ser atribuídos à incapacidade e merecimento do próprio indivíduo isolado. Claro está que essa compreensão vela o fato de que a sorte individual não é construída pelo próprio indivíduo, vez que já estava social e historicamente lançada antes mesmo da sua escolha. De qualquer forma, essa posição permite eximir o mundo objetivo de qualquer impedimento à plena realização do indivíduo ao colocar essa possibilidade exclusivamente nele. Nesse sentido, ao dicotomizar o indivíduo frente à sociedade atribuindo-lhe uma singularidade luminosa e auto-referida, o que se faz é colocá-lo no único lugar onde ele não pode se realizar: fora da sociedade e da história. De resto, ainda se retira da sociedade e da história qualquer responsabilidade pelos impedimentos à realização humana. A afirmação da plena individualidade perpetua e legitima o impedimento à sua realização.

Nessa perspectiva, dois aspectos solidários merecem ser destacados: a dicotomia entre indivíduo e sociedade é funcional à autonomia burguesa e essa dicotomia vem se criando e recriando na história sob diferentes formas e matizes. A partir dessas considerações propõe –se examinar aqui a tendência atual de privilegiamento da temática da subjetividade frente à constatação de que a dicotomia entre indivíduo e sociedade, que se recriou tão profundamente no reducionismo sociologista, aponta atualmente para um reducionismo psicologista e subjetivista que, com o auxílio da psicologia, se constitui numa base sólida do ocultamento e da dominação contemporâneas. Ainda, propõe-se discutir a tese de que o privilegiamento atual da temática da subjetividade pode significar a reposição da antiga dicotomia na análise da relação entre o indivíduo e a sociedade.

Não se pode negar que a temática da subjetividade se apresenta atualmente no campo da

psicologia, da sociologia, da história, da educação, enfim, das ciências e práticas sociais e humanas de maneira contundente e aparentemente nova. Num certo sentido, parece que estamos diante de uma “novíssima” e urgente temática, que se desdobra em vários campos com derivações teóricas e práticas definitivas. Vive-se um encantamento com o sujeito que parece emergir de maneira definitiva e original nas últimas décadas. Não resta dúvida de que está em questão uma necessária reação a certo mecanicismo reprodutivista que, durante décadas, desconsiderou e aniquilou teoricamente o sujeito em nome de determinações estruturais históricas e sociais que se sobrepuseram a todos de maneira avassaladora. O sujeito que desaparecera por debaixo do mecanicismo estruturalista parece emergir radiante.

Portanto, num primeiro momento a retomada da temática da subjetividade pode ser examinada e entendida como uma reação à exclusão do sujeito da história. Isso se explica porque, efetivamente, na história das ciências humanas em geral e da educação em particular, muitas foram as explicações teóricas que rejeitaram a possibilidade de tratar a realidade objetiva como expressão da subjetividade e a subjetividade como objetivamente constituída. Precisamente nessa direção, o *sociologismo* afirmava uma objetividade anti-subjetiva que ainda é o limite de determinadas vertentes das ciências sociais que fazem eco na educação e que supõem que realidades lógicas e históricas, tais como indivíduo, sujeito, subjetividade e psiquismo não têm nenhuma importância na análise objetiva da sociedade. A complexa problemática da relação entre estrutura e sujeito que, no limite, renomeava a relação entre indivíduo e sociedade, foi solucionada pela afirmação incondicional da preponderância da estrutura sobre o sujeito que, aniquilado, nada podia frente à atividade avassaladora das forças sociais.

No entanto, o sociologismo não se constitui a única via de negação da subjetividade. Por contraditório que pareça, o psicologismo se constituirá na mais significativa negação da subjetividade desde que a reduziu às ações externalizadas e manifestas do sujeito. Solidário ao sociologismo mecanicista esteve em causa, no campo da psicologia, um *psicologismo* que pode ser sintetizado num *objetivismo manifesto e sem sujeito*. Nessa perspectiva, a psicologia não distingue as formas aparentiais e sua essencialidade e permite substituir a complexa dinâmica interna do indivíduo por um modelo mecânico de um indivíduo ajustado ou desadaptado à sociedade. Para essa psicologia, o que está em questão é a exterioridade do sujeito e a identidade entre aparência e realidade, representação e conceito e, ainda, a ruptura entre sujeito e objeto. Presa às representações

aparenciais, essa psicologia remete tudo que não seja relativo ao plano do imediato ao plano do irracional que, enquanto tal, deve ser desconsiderado. Nesse caso, por impossível de ser aferida, comprovada, refutada e experimentada, a subjetividade é convertida em pura expressão objetiva e manifesta. Isolada da história, a explicação se dá pela parte, pelo conhecimento parcial, que se converte em finalidade própria e se confirma. Dessa forma, esse psicologismo define individual e mecanicamente as relações concretas e históricas que o indivíduo estabelece com o mundo.

Esse reducionismo objetivista que destitui o sujeito, seja na sociologia ou na psicologia, aplaina a estrada que leva a uma outra vertente do reducionismo psicologista que se estabelecerá a partir da instituição abstrata do sujeito, da afirmação do individualismo, enfim, de um *subjetivismo sem objeto*. Trata-se de um tipo de pensamento que tem se apresentado muito fortemente na atualidade e que, se afirmando sobre a dissolução da história e a crítica a interpretações globalizantes, realiza um deslocamento para o universo particular com seus contrabandos irracionalistas fundados no indivíduo, no universo micro em contraposição ao macro e no encantamento subjetivista com a singularidade abstrata. Tudo em nome da cotidianidade, dos fluxos, dos desejos, da autenticidade, do sentimento, da sensação. Nesse ponto, pode-se entender como a epifania do sujeito enquanto resolução dada à recusa ao todo se converte em adesão ao tudo. Em lugar das abrangências e dos movimentos, colocam-se arriscadamente em causa as singularidades, as situações. Em lugar das tensões e contradições, as identidades, os consensos. O sujeito concreto evapora-se, "esfuma-se no ar". Nessa perspectiva, mais uma vez convergem a negação do sujeito concreto e sua pseudo-afirmação .

Afinal, nessa epifania do sujeito parece estar a solução do dilema secular entre o indivíduo e a sociedade, entre a objetividade e a subjetividade, entre a particularidade e a universalidade. Os irracionalismos contidos no mecanicismo sociologista e na instrumentalização psicologista parecem ser substituídos por um encantamento subjetivista e particularista que afinal realizaria a grande síntese da subjetividade triunfante nela mesma. Ocorre destarte a reposição da mesma dicotomia, porque, afinal, sob a afirmação da subjetividade, o que está em questão é o obscurecimento da história frente à afirmação de uma abstrata interioridade do indivíduo. A síntese entre indivíduo e sociedade sendo realizada pela exclusão de um desses elementos repõe a mesma lógica reducionista: o adjetivo se substantiva no deslocamento da história para o sujeito imediato e suas expressões manifestas.

A crítica à recusa ao sujeito contida nos reducionismos anteriores se converte, ela mesma, num outro reducionismo aprisionado a uma visão particularista expressa na aparência, no imediato, numa subjetividade abstrata que substitui o histórico, a objetividade, a totalidade. Se o psicologismo em sua vertente instrumental serviu, durante décadas, para legitimar processos de exclusão no campo educacional (PATTO,1996), as conseqüências desse novo psicologismo subjetivista não serão menos comprometedoras.

Certamente, é a análise que apanhe as condições históricas concretas e suas mediações que poderá constituir o plano daquilo que é subjetivo como algo inteligível. É preciso conhecer os mecanismos sociais e psicológicos que produzem a forma sofisticada e última da alienação atual que é o não-indivíduo ou a não individualidade, afinal, “o conceito de eu é dialético, psíquico e não psíquico, um fragmento de libido e o representante do mundo (...) o eu deve ser, como consciência o contrário da repressão, assim como também, inconsciente de si mesmo” (ADORNO, 1991:180-181).

A impossibilidade de suportar a tensão entre indivíduo e sociedade é solidária e contemporânea do procedimento racional que não suporta a contradição entre unidade e diferença, o todo e a parte, a representação e o conceito, o singular e o universal. Num sentido amplo, trata-se de subjetividades reificadas que giram em torno de um tudo totalitário e pseudo-racional no qual se constituem uma refinada e brutal expressão da heteronomia. Há, portanto, um procedimento idêntico tanto na racionalidade que se confirma a si e à realidade, quanto numa consciência destroçada, sem referências de si mesma, incapaz de identificação com o objeto que não seja exatamente idêntico a si mesmo. Nesse sentido, a ilusão da possibilidade de recomposição é uma promessa solidária com os reducionismos oferecidos pela sociologia ou psicologia e expressam a mesma direção racional pragmática e instrumental para a qual subsiste somente o lado aparente, ilusório, afirmativo, que extirpou a negatividade em nome de uma totalidade abstrata e irracional. O individualismo auto-referido se transforma na possibilidade de articulação da subjetividade, oferecendo a ilusão da recomposição frente ao destroçamento que se opera na realidade. Essa concepção de subjetividade é solidária e contemporânea de um procedimento racional pouco capaz de defesa frente à ilusão, aderente à imediatividade, avesso ao universal, incapaz de identidade na diferença. Um procedimento racional instrumental para o qual está em causa “(...) o funcionamento abstrato do mecanismo de pensamento. Esse tipo de razão pode ser chamado de razão subjetiva. Relaciona-se essencialmente com meios e fins, com a adequação de procedimentos a propósitos

mais ou menos tidos como certos e que presumem auto-explicativos. Concede pouca importância à indagação de se os propósitos como tais são racionais. (...)” (HORKHEIMER, 2000:13). As implicações dessas tendências no campo educacional devem ser apreendidas fundamentalmente pelo que têm em comum: certo pragmatismo, certa instrumentalização, que se funda na afirmação da existência exterior e manifesta da subjetividade.

Hoje, quando a educação se recoloca a questão da subjetividade em tempos de transformações e desafios históricos radicais, mais uma vez a grande complexidade da temática entra em pauta. De um lado, é possível avizinhar uma tendência a estabelecer a subjetividade num campo indiferenciado, que se aproxima de certa moralidade indefinida. que pode se expressar num certo subjetivismo irracionalista, sem definição, proveniente da sensação, do sentimento, da boa intenção. De outro lado, a subjetividade pode aparecer como externalidade, enquanto a psicologia informa que subjetividade é cognição, inteligência, competência, adaptação.

Nesse sentido, parece que a temática da subjetividade está, contemporaneamente, frente a uma encruzilhada. De um lado, está em causa um objetivismo sem sujeito, conformado pelo sociologismo e pelo psicologismo positivista e mecanicista; de outro, um subjetivismo sem objetividade, conformado pelo “novo” psicologismo individualista e particularista. Ambos atualizam a velha dicotomia na relação entre o indivíduo e a sociedade e parecem somente vestir com novas roupas antigas estruturas.

Na epifania do sujeito, o requiém da subjetividade

Numa investigação realizada de 1993 a 1996, com o propósito de verificar a produção de pesquisa no campo da psicologia da educação no Brasil, foi realizado um levantamento das pesquisas publicadas em periódicos brasileiros especializados nas áreas de educação, psicologia e psicologia da educação, no período de 1980 a 1992. Partindo da dificuldade de situar a relação entre a psicologia e a educação, o estudo objetivou discutir como as pesquisas realizadas nesse campo, no Brasil vinham tratando a relação entre teoria e empiria, ou seja, buscou-se compreender como essas investigações se posicionavam, do ponto de vista de suas formulações teórico-metodológicas, na articulação entre aquilo que procuravam verificar empiricamente e o que pressupunham teoricamente. Esse estudo apontou as seguintes conclusões: a) que dois enfoques sustentavam a pesquisa em psicologia da educação no Brasil: a psicologia behaviorista ou associacionista e a

psicologia genética, especialmente aquela de orientação piagetiana; b) que a pesquisa experimental era a abordagem metodológica mais freqüentemente utilizada pelos pesquisadores, c) que esses estudos serviam, majoritariamente, à mera aplicação de teorias psicológicas ao campo da educação, tendendo à reiterada confirmação de seus pressupostos.

Ainda, os resultados indicavam que a psicologia que mais informava a educação no período investigado era aquela que recorta os estados psicológicos pelos estados manifestos.

Em outro trabalho mais recente, que visava a discutir as concepções de subjetividade com as quais a educação vinha operando, em particular na produção da área de Educação e Trabalho, constatou-se que: a) os artigos, a par de predominantemente objetivarem abordar, problematizar e criticar as implicações teóricas e pedagógicas/educacionais no mundo do trabalho e na educação, terminavam por enfrentar esse desafio sem estabelecer uma conexão clara entre a objetividade e a subjetividade. Ou seja, a subjetividade apareceu como uma abstração, sendo que a utilização do termo não implicava a constituição do conceito, da apreensão ou explicitação de suas mediações e, portanto, o termo não se explicitava; b) A noção de subjetividade, quando mediada na discussão no campo de trabalho e educação, era referida predominantemente às dimensões sociais e objetivas da realidade, até porque derivava imediatamente da objetividade e, nesse sentido, não tratava da apreensão de processos propriamente subjetivos; c) essa predominância “sociológica” implicou a resolução da questão da subjetividade na consideração de um sujeito prático, no trabalhador, nos seus processos de adaptação ao mundo do trabalho e, predominante, senão exclusivamente, mais pelos processos de objetivação do que de subjetivação; d) nesse sentido prático, a inteligência e a capacidade de adaptação do sujeito (trabalhador do “chão de fábrica”) são categorias fundantes da noção de subjetividade. A noção de inteligência indica, nessa perspectiva, um sentido adaptativo; e) não é clara a constituição lógica, categorial da subjetividade. A imprecisão resulta uma *subjetividade* tomada por sujeito, por comportamento, por inteligência, por capacidade de adaptação, por representação, entre outras; f) ao final, ausente da discussão acerca do mundo do trabalho e da educação, a psicologia não tem apresentado sua contribuição ao debate acerca da subjetividade e, quando o faz, processa isso pelas noções de inteligência e atividade recortadas pela adaptação.

A partir dessas investigações e num sentido amplo, é possível afirmar que muitas das análises que questionam a temática da subjetividade no campo da educação podem ser sintetizadas em dois eixos, ambos indutores não apenas a um erro teórico, no sentido de não apreender o real, mas,

principalmente a um erro “prático”, na medida em que acabam por apreender mecanicamente realidades que são produzidas socialmente.

Num primeiro eixo, deslocam-se principalmente as análises que explicam a subjetividade segundo suas formas manifestas, enquanto comportamento, cognição, atividade ou inteligência, entre outras. Essa tendência toma a questão da subjetividade sem considerar propriamente os processos subjetivos. Num outro eixo, estão em pauta as análises que buscam apreender a subjetividade, reduzindo a análise das representações ao discurso, desconhecendo as articulações reais, estabelecendo equivalência entre a representação do indivíduo e a realidade e tomando o “subjetivo” como o discurso sobre a realidade, ou as relações aparentiais que aí se constituem.

Portanto, seja porque a subjetividade aparece como *manifestação de estados mentais* (como “inteligência”, “cognição”, “competências”), seja porque aparece como *discurso sobre* (“representação social de.”), ou ainda porque aparece como *relação com* (“sensibilidade”, “relação com o professor”), a apreensão teórica dessa questão não evita sempre os reducionismos que impedem que a subjetividade seja tomada enquanto processo dinâmico, que se constitui no contraponto da internalização, mediada psicicamente, da realidade objetiva.

A atualização desse dilema no presente deve, portanto, ser enfrentada na tendência de alternar dicotomicamente a ênfase sobre o indivíduo e a sociedade, ou de diluir um no outro, ou de conservar a integridade de um frente a passividade de outro. No limite, estão em causa roupagens novas que escondem antigas estruturas de um pensamento “incapaz de pensar validade e gênese em sua unidade e diferença ao mesmo tempo” (ADORNO, 1991:196) e serve de suporte a velhas formas de controle e alienação.

Quando se toma a questão da subjetividade frente a essa complexa relação é necessário fazê-lo no contraponto de alguns arriscados “giros teóricos” irracionistas da atualidade: a afirmação da impossibilidade da totalidade em nome de um reducionismo particularista, que se funda no indivíduo, no micro; e a dissolução da história nesse deslocamento para o particular, com seus contrabandos irracionistas.

O grande desafio, portanto, é levar a subjetividade à objetividade, descobrindo nela aquilo que realmente representa: a sociedade e a história. Tal esforço há de constituir uma teoria objetiva da subjetividade. Essa teoria há de investigar a subjetividade até o ponto em que essa revela os seus determinantes sociais e objetivos, mas também a sociedade que, na sua produção e reprodução,

afasta o sujeito da existência.

No limite, a determinação social da vida subjetiva não está mais em questão. Esse é um pressuposto que restou suficientemente provado no largo debate travado nas ciências em geral. Também não é mais suficiente entregar a subjetividade à responsabilidade e aos estreitos contornos da psicologia. Nem é mais possível continuar questionando socraticamente a psicologia para obrigá-la a confessar que não pode definir, por si, os fundamentos da subjetividade. A psicologia não detém, de forma alguma, os "segredos" dos fatos humanos, simplesmente porque esse "segredo" não é de ordem exclusivamente psicológica. (RESENDE, 2001)

É necessário apreender o indivíduo desfazendo a distinção burguesa entre o particular e o público, entre o indivíduo e a sociedade descobrindo as raízes objetivas do sujeito particular, o conteúdo social dessas raízes, sua objetividade.

A análise da subjetividade significa a realização de uma análise objetiva que apanhe a história, a objetividade, como um campo necessário e real de realização do que é subjetivo. Ou seja, significa operar a tensão, no plano do que é subjetivo, dos processos de internalização e externalização dos diferentes momentos constitutivos do que é real, ou seja, significa investigar a sério “as condições subjetivas da racionalidade objetiva” (ADORNO,1991:136)

Constituir as possibilidades de compreensão, crítica e superação dessa subjetividade para além dos reducionismos psicologistas e sociologistas é tarefa da educação que se pretende emancipação.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Actualidad de la filosofía*. Barcelona, Paidós, 1991.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER Max. *Temas Básicos de Sociologia*, São Paulo, Cultrix, s/d.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo, Centauro, 2000.

MARX, Karl. “Para a crítica da Economia Política”, in: *MARX*, Col. Pensadores, p. 103-104., São Paulo, Abril Cultura, 1979.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1996.

RESENDE, Anita C. Azevedo. Subjetividade em tempo de reificação: um tema para a psicologia

social. *Estudos*: Revista da Universidade Católica de Goiás. v. 28, n. 4, p.511-538. Jul. Ago. 2001.

_____ Subjetividade e Educação: um não tão novo desafio para um não tão novo tempo. *Educ-ativa*. UCG, v. 6, n. 2, , p. 311-322. Jul.Dez.2003